

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2012.

(Do Sr. Izalci)

Requer que sejam convidados os Senhores: Amaro Henrique Pessoa Lins - Secretário de Educação Superior (SESU); Senhor Jorge Rodrigo Araújo Messias - Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES); Senhor Luiz Cláudio Costa - Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) e os servidores: Márcio Alexandre Barbosa Lima – da Secretaria Especial de Regulação do Ensino Superior e Esmeraldo Malheiros dos Santos – Assessor da Consultoria Jurídica, do Ministério da Educação para comparecerem nesta Comissão a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro, deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal, em 23/11/12.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa. com base no art. 58,V, da Constituição Federal combinado com o art. 24, VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as providências necessárias no sentido de convidarem o Senhor Amaro Henrique Pessoa Lins – Secretário de Educação Superior (SESU), Senhor Jorge Rodrigo Araújo Messias - Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES); Senhor Luiz Cláudio Costa – Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) e os servidores: Márcio Alexandre Barbosa Lima – da Secretaria Especial de Regulação do Ensino Superior e Esmeraldo Malheiros dos Santos – Assessor da Consultoria Jurídica do MEC, a fim de prestarem esclarecimentos acerca dos fatos apurados na Operação Porto Seguro deflagrada pelo Departamento de Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Em 23.11.2012, foi deflagrada pela Polícia Federal, em São Paulo e em Brasília, a Operação Porto Seguro, que teve como objetivo desarticular organização criminosa que se infiltrou em diversos órgãos federais para a

obtenção de pareceres técnicos fraudulentos com o fim de beneficiar interesses privados.

Foram expedidos seis mandados de prisão, sendo dois contra servidores públicos, e quarenta e três mandados de busca e apreensão nas cidades de Cruzeiro/SP, Dracena/SP, Santos/SP, São Paulo e Brasília. E os crimes investigados incluem: corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, tráfico de influência, violação de sigilo funcional, falsidade ideológica e falsificação de documento particular.

Consta que o inquérito policial teve início em março de 2011, com base em *notitia criminis* oferecida pelo servidor do Tribunal de Contas da União (TCU), Sr Cyonil da Cunha Borges de Faria Júnior, após ter sido alvo de proposta de recebimento de propina a fim de que elaborasse parecer técnico para beneficiar um grupo empresarial do setor portuário.

O episódio, na verdade, não consistia de fato isolado. Investigação realizada pela Polícia Federal constatou a existência de grupo criminoso atuando em diferentes órgãos e segmentos do Governo Federal, seja para assegurar a tramitação diferenciada e mais célere a procedimentos de seu interesse, seja para interferir ilicitamente na elaboração de pareceres técnicos em favor de interesses não republicanos.

Os fatos constam de reportagens veiculadas na Mídia Nacional:

26/11/2012 19h52 - Atualizado em 26/11/2012 19h55

Antaq e MEC anunciam exonerações e afastamento de servidores

No sábado, Dilma pediu afastamento de indiciados por operação da PF.

Servidores são suspeitos de integrar esquema de compra de pareceres.

Do G1, em Brasília

“A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informou nessa segunda (26) que exonerou Ênio Soares Dias, chefe de gabinete da agência, e determinou o afastamento, com abertura de sindicância interna, do procurador-geral do órgão, Glauco Alves Cardoso Moreira, e do ouvidor Jailson Santos Soares.

Eles estão entre os indiciados pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro, que investigou suposto esquema de compra de pareceres em vários órgãos públicos. As decisões deverão ser publicadas no Diário Oficial da União nesta terça-feira (27), segundo informou a assessoria da agência.

Como ocupava cargo de confiança, Ênio Dias Soares perde o cargo de forma imediata. Já Glauco Alves Cardoso Moreira e Jailson Santos Soares só podem ser exonerados após processo administrativo interno, já que foram nomeados pela Casa Civil e Presidência da República após aprovação pelo Senado.

O Ministério da Educação também informou nesta segunda que Márcio Alexandre Barbosa Lima, funcionário do banco de dados, que também integra a lista de investigados da Operação Porto Seguro, foi afastado e irá responder a uma sindicância interna. A

assessoria do MEC informou que Márcio Alexandre é servidor de carreira do INEP, e por essa razão só pode ser exonerado ao fim do processo administrativo.

O afastamento ou exoneração de todos os servidores investigados foi determinada pela presidente Dilma Rousseff neste sábado, um dia após a deflagração da operação, que resultou no indiciamento de 18 suspeitos de participar de um esquema de fraude em pareceres técnicos de órgãos públicos com a finalidade de beneficiar empresas privadas. Entre os indiciados estão Rosemary Nóvoa de Noronha, chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, e José Weber Holanda, segundo na hierarquia da Advocacia-Geral da União (AGU).

Seis pessoas foram presas, entre as quais dois diretores de agências reguladoras – os irmãos Paulo Rodrigues Vieira, da Agência Nacional de Águas (ANA), e Rubens Carlos Vieira, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A operação envolveu 180 agentes nas cidades paulistas de Cruzeiro, Dracena, Santos, São Paulo e em Brasília. Foram cumpridos 26 mandados de busca e apreensão em São Paulo e 17 na capital federal. De acordo com a PF, o grupo cooptava funcionários de segundo e terceiro escalões para obter pareceres fraudulentos, a fim de beneficiar empresas privadas.”

26/11/2012 - 17h01

Governo abre cinco sindicâncias para apurar esquema investigado pela PF

**FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA**

Atualizado às 18h09.

“Além de exonerar quatro servidores investigados pela Polícia Federal, o governo criou cinco comissões de sindicância para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidores flagrados na Operação Porto Seguro, que desmontou esquema de venda de pareceres técnicos para favorecer interesses privados.

Governo publica hoje as primeiras exonerações dos indiciados pela PF. Arrependimento de servidor que recebeu propina motivou operação.

Quando a PF chegou, ex-chefe do escritório da Presidência em SP ligou para José Dirceu

De acordo com a edição desta segunda-feira (26) do "Diário Oficial da União", foram instauradas investigações internas na Casa Civil, nos ministérios da Educação, Planejamento e Meio Ambiente, além de uma sindicância conjunta entre AGU (Advocacia Geral da União) e Secretaria de Aviação Civil.

Na mesma edição do "DOU", foram publicadas portarias exonerando quatro servidores: a chefe do gabinete regional da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha; o adjunto do advogado-geral da União, José Weber de Holanda Alves; a assessora da Secretaria de Patrimônio da União, Evangelina de Almeida Pinho; e o assessor da consultoria jurídica do Ministério da Educação, Esmeraldo Malheiros dos Santos.

As exonerações e afastamentos de indiciados na Operação Porto Seguro foram determinados pela presidente Dilma Rousseff no sábado. Estão afastados do cargo os irmãos Rubens e Paulo Vieira, diretores da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e

ANA (Agência Nacional de Águas). Ambos foram presos pela Polícia Federal na sexta-feira.

A Anac instaurou procedimento separado para averiguar se houve irregularidade cometida dentro do órgão. Rubens também será investigado por sindicância aberta na Secretaria de Aviação Civil. O Ministério do Meio Ambiente determinou a abertura de investigação para apurar a atuação de Paulo Vieira na ANA.

A Agência Nacional de Águas, por sua vez, não vai abrir investigação própria, mas optou por desmontar o gabinete de Paulo Vieira, demitindo dois funcionários terceirizados e exonerando do cargo em comissão dois servidores de carreira, um da própria agência e outro do Ministério da Educação, que voltam para seus antigos postos.

No caso da Casa Civil, a portaria assinada por Gleisi Hoffmann é a mais genérica e prevê que a comissão de sindicância apure "eventuais irregularidades noticiadas por meio da operação 'Porto Seguro', da Polícia Federal, e demais atos e fatos conexos".

A comissão da Casa Civil será chefiada por Edson Leonardo Dalésio Sá Teles, analista de controle e finanças da Controladoria-Geral da União e professor de correção para concursos do próprio órgão.

Num programa de um curso de "Direito disciplinar - correção", Teles se apresenta: "Tenho 34 anos, nasci e sempre morei em Brasília, sou formado em Administração pela Universidade de Brasília e em direito no UniCeub". Filho de funcionários públicos aposentados, Teles conta que a "vida no mundo dos concursos começou cedo" e, antes de ser aprovado em concurso para o cargo de analista da CGU, ele trabalhou por nove anos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Caberá à Teles, presidir a comissão de sindicância que tem 30 dias para apurar participação de servidores federais e fatos conexos à operação da PF. O prazo pode ser prorrogado.

Por meio de nota, o MEC (Ministério da Educação) informa que instaurou comissão para apurar eventuais irregularidades atribuídas aos servidores Esmeraldo Malheiros Santos e Márcio Alexandre Barbosa Lima. "Os dois servidores são funcionários de carreira, respectivamente do MEC e do INEP e foram afastados de suas funções. O MEC solicitou ainda acesso ao inquérito para conhecer a natureza da denúncia e iniciar processo de apuração", explica o MEC."

27/11/2012 - 06h00

Grupo investigado pela PF usou senha do MEC para alterar dados de faculdade

DE SÃO PAULO

"Paulo Rodrigues Vieira, o diretor da ANA (Agência Nacional de Águas) preso desde a última sexta sob acusação de tráfico de influência em órgãos do governo federal, obteve uma senha privativa de um funcionário do Ministério da Educação para alterar dados financeiros de uma faculdade de sua família.

A mudança dos parâmetros financeiros serve, em tese, para a faculdade conseguir mais recursos do governo em programas como o Pro-Uni, de bolsas para estudantes pobres, e o Fies, de financiamento de mensalidades.

A conversa foi gravada pela Polícia Federal em 24 de março deste ano, quando Aloizio Mercadante já assumira o ministério --Fernando Haddad saiu em janeiro.

O interlocutor de Vieira no MEC é Márcio Alexandre Barbosa Lima, da Secretaria Especial de Regulação do Ensino Superior. É a ele que Vieira pede: "Eu tô querendo entrar aqui no MEC (...) com sua senha. Me fala seu CPF". Lima entrega todos os dados.

A família de Vieira é dona da Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro, cidade de 77 mil habitantes no Vale do Paraíba, interior paulista.

Numa conversa entre Vieira e uma funcionária da faculdade chamada Patrícia, ela conta que já alterara os dados de 2009 para 2010. "Você pediu para eu alterar em 15% todos os números que aparecessem", diz ela, sobre o passado. "Aumenta agora 20%", ordena Vieira.

Um outro funcionário do MEC foi apanhando pela Operação Porto Seguro da PF. Trata-se de Esmeraldo Malheiros dos Santos, que era consultor jurídico, um cargo de confiança do ministro. Ambos foram afastados ontem.

Santos, que trabalha no ministério de 1983, ajudava o grupo de Vieira a obter pareceres internos da pasta que seriam usados por faculdades que corriam o risco de ter cursos descredenciados.

O MEC descredencia cursos quando a faculdade é reprovada em avaliações.

No caso de Santos, a PF interceptou um e-mail de dezembro de 2010 no qual Paulo Vieira escreve: "Peça para a sua amiga fazer um bom relatório e logo (...)", referindo-se a um parecer do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão que coordena a avaliação de instituições de ensino.

Ele conclui o e-mail de maneira enigmática: "Há 20 exemplares da obra à sua disposição na minha casa na próxima semana. É para a suas leituras de férias".

"Exemplares da obra", segundo a PF, era a maneira cifrada de o grupo falar de dinheiro. Vinte exemplares seriam R\$ 20 mil.

O próprio Paulo Vieira foi funcionário do MEC. Era gestor de controle interno na gestão de Tarso Genro (2004-2005). Em conversa em 4 de maio deste ano, ele gaba-se: "Tinha acesso direto ao gabinete. Dava parecer sobre tudo porque estava dentro do gabinete".

Esmeraldo Santos teve também conversas com Rubens Vieira, irmão de Paulo que era da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e está preso em Brasília. Num dos diálogos, ele diz que Santos lhe deve R\$ 1.250."

Edição do dia 26/11/2012

26/11/2012 21h29 - Atualizado em 26/11/2012 21h29

PF começa a investigar arquivos do escritório da Presidência em SP

Segundo as investigações da Operação Porto Seguro, há indícios de que Paulo Vieira é o dono da Facic e de outra faculdade, em Dracena, e que

pode ter usado as instituições para negócios ilícitos.

“Ainda esta semana, peritos da Polícia Federal vão começar a investigar o conteúdo de arquivos de computador apreendidos no escritório da Presidência, em São Paulo.

Em um prédio em Cruzeiro, no interior de São Paulo, funciona a Faculdade de Ciências Humanas - a Facic, onde a Polícia Federal fez buscas na sala da direção.

Segundo as investigações da Operação Porto Seguro, há indícios de que Paulo Vieira é o dono da Facic e de outra faculdade, em Dracena, e que pode ter usado as instituições para negócios ilícitos.

Paulo também tinha acesso a funcionários do MEC, o Ministério da Educação.

Ligações estreitas a ponto de usar a senha de um deles: Marcio Alexandre Barbosa Lima.

Paulo: Eu estou querendo entrar aqui no MEC com sua senha. Me arruma aí. A senha é MEC?

Márcio: É

Paulo: Querendo só sua senha para perambular aqui no MEC.

A investigação não esclarece para o que seria utilizada a senha.

A polícia também interceptou conversas de Paulo Vieira com Cyonil da Cunha Borges, que até 2011 era auditor do Tribunal de Contas da União.

Foi Cyonil quem denunciou a corrupção.

No começo do ano passado, ele procurou a Polícia Federal e devolveu R\$ 100 mil, que disse ter recebido de Paulo Vieira.

Cyonil detalhou à Polícia Federal como foi o pagamento. R\$ 50 mil foram deixados para ele na porta de um prédio, onde morou até o ano passado. Outros R\$ 50 mil foram entregues num encontro entre os dois, dentro de um taxi.

O advogado de Cyonil disse por telefone que depois dele denunciar a quadrilha à Polícia Federal, fez mais um contato com Paulo Vieira e usou a palavra ‘publicação’ para pedir novos pagamentos, uma forma segundo o advogado de comprovar a corrupção.

A investigação não acabou. Entrou em outra fase. A polícia começará a analisar os documentos e computadores apreendidos nas casas e nos escritórios dos investigados. Os arquivos copiados dos computadores do escritório da Presidência da República, em São Paulo, também serão analisados.

Cinco dos 18 indiciados ainda estão presos.

A polícia também sabe que os irmãos Vieira usavam o telefone de um restaurante da família, para fazer contatos. De lá partiram mais de mil ligações para o PR, Partido da República. Muitas foram para o deputado federal Valdemar da Costa Neto, do PR, condenado pelo Supremo Tribunal Federal no caso do mensalão.

Numa delas, os irmãos conversam:

Paulo: o caso com o Valdemar é almoço amanhã, às 13hs viu?

Rubens: tá bom, beleza!

O deputado Valdemar Costa Neto afirmou que mantém contato com Paulo Vieira há muitos anos, e que torce para que as investigações esclareçam todo o caso.

O Ministério da Educação declarou que uma comissão de sindicância vai apurar eventuais irregularidades atribuídas a dois servidores investigados. Eles foram afastados do Ministério.

Os advogados de Rosemary Noronha e de Paulo Vieira só pretendem se pronunciar depois de analisarem o processo.

José Weber Holanda e o advogado de Rubens Vieira não foram encontrados.”

O convite que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de novembro de 2012.

Deputado Izalci